



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005836-46.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **MARCELO DA SILVA CARMO**
 Requerido: **SINVALDO ALVES BARBOSA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que no dia 14/05/2016 teve um automóvel de sua propriedade, então estacionado na frente de sua residência, atingido por outro veículo conduzido pelo réu.

Alegou ainda que o réu efetuava manobra de marcha-à-ré e veio a abalroar com a parte traseira a lateral de seu automóvel.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que experimentou.

O réu em contestação não refutou a ocorrência do acidente trazido à colação ou negou a dinâmica descrita pelo autor.

Não procurou de igual modo eximir sua responsabilidade pelo evento, mas teceu breves considerações apenas voltadas ao valor postulado pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diante desse cenário, reputo que a pretensão deduzida prospera em parte.

Quanto à culpa pelo embate, transparece incontroversa.

O réu não obrou com a devida cautela ao conduzir seu automóvel em marcha-á-ré e com isso bater contra o do autor que estava regularmente estacionado.

Nada justifica tal conduta, de modo que sua culpa pelo acidente deve ser proclamada.

Quanto ao montante pleiteado pelo autor, a importância de R\$ 1.400,00 está respaldada nos documentos de fls. 09/10, ao passo que nenhum dado consistente foi amealhado para contrapor-se aos mesmos.

O argumento lançado pelo réu a respeito de um orçamento patamar inferior não contou com o respaldo de um indício sequer que lhe conferisse verossimilhança, não podendo em consequência ser acolhido.

No mais, porém, não assiste razão ao autor.

O documento de fl. 11 por si só não firma a certeza de que os gastos lá apontados foram efetivamente suportados pelo autor e, como se não bastasse, inexistente respaldo para a ideia de que eles tivessem lugar como decorrência do acidente em apreço.

Já os danos morais não restaram configurados.

Tocava ao autor demonstrar que sofreu abalo de vulto e excepcional em decorrência do acidente, mas ele não o fez.

Como se não bastasse, deixou claro o seu desinteresse pelo alargamento da dilação probatória (fls. 25 e 32), não se desincumbindo em última análise do ônus que lhe impunha o art. 373, inc. I, do Código de Processo Civil.

Não se acolhe o pedido no particular, pois.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.400,00, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2016 (época de elaboração dos orçamentos de fls. 09/10), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**